Demonstrações Contábeis

Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.

31 de dezembro de 2017 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	2
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	
Demonstração do resultado abrangente	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	



Centro Empresarial Iguatemi Av. Washington Soares, 55 -Sala 508 – Edson Queiroz 60811-341 - Fortaleza, CE, Brasil

Tel: (5585) 3392-5600 Fax: (5585) 3392-5659

ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A.** Caucaia - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de janeiro de 2018

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC 2SP015199/O-6

Carlos Santos Mota Filho

Contador CRC - PE020728/O-7-T-CE

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Ativo			_
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.092	3.705
Aplicações financeiras	6	43.122	31.662
Contas a receber de clientes	7	33.801	86.584
Estoques	8	77.216	72.800
Tributos a recuperar	9	12.774	34.351
Outras contas a receber	10 _	50.042	17.633
Total do ativo circulante	_	249.047	246.735
Não circulante			
Impostos a recuperar	9	40.335	23.798
Ativo fiscal diferido	11	3.253	5.719
Imobilizado	12	221.920	180.880
Intangível		369	615
Total do ativo não circulante	_	265.877	211.012
Total do ativo	_	514.924	457.747
Passivo Circulante			
Fornecedores	13	44.683	48.690
Empréstimos e financiamentos	14	87.290	129.982
Salários e encargos sociais		12.482	12.137
Impostos a recolher	_	3.172	1.894
Total do passivo circulante	_	147.627	192.703
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	192.622	125.222
Adiantamento de clientes		73.091	68.441
Total do passivo não circulante	_	265.713	193.663
Patrimônio líquido			
Capital social	15	36.183	36.184
Reserva de capital	15	22.053	22.052
Reserva de lucros		43.348	13.145
Total do patrimônio líquido	_ _	101.584	71.381
Total do passivo e patrimônio líquido	=	514.924	457.747

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receita operacional líquida	16	682.899	455.159
Custos dos produtos vendidos	17 _	(574.404)	(381.148)
Lucro bruto	_	108.495	74.011
Receitas (despesas) operacionais: Despesas gerais e administrativas Despesas tributárias Outras receitas operacionais, líquidas	18	(29.064) (155) 14.649	(25.091) (188) 9.917
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	_	93.925	58.649
Resultado financeiro	19 _	(31.747)	(24.181)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	_	62.178	34.468
Imposto de renda e contribuição social - correntes Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	(12.582) (2.467)	(7.067) 689
Lucro líquido do exercício	_	47.129	28.090

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	47.129	28.090
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	47.129	28.090

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	36.184	22.052	-	(14.945)	43.291
Aumento de capital social	-	-	-	28.090	28.090
Lucro líquido do exercício	-	-	13.145	(13.145)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	36.184	22.052	13.145	-	71.381
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.129	47.129
Distribuição de dividendos 2016	-	-	(2.432)	-	(2.432)
Juros sobre capital próprio 2016	-	-	(2.711)	-	(2.711)
Distribuição de dividendos 2017	-	-	-	(11.783)	(11.783)
Reserva de lucro a realizar	-	-	35.346	(35.346)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	36.184	22.052	43.348	-	101.584

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	47.129	28.090
Depreciação e amortização	10.119	5.423
Resultado líquido na venda de imobilizado	2.257	425
Instrumentos financeiros derivativos	2.207	9.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.467	(690)
	(4.328)	(5.758)
Variação cambial sobre a dívida		
Juros apropriados sobre empréstimos	38.135 95.779	25.227 62.486
	95.779	02.400
(Aumento) redução dos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	52.783	(77.839)
Estoques	(4.416)	(38.409)
Impostos a recuperar	6.564	(11.934)
Outras contas a receber	(33.934)	(8.197)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(4.008)	19.289
Obrigações sociais e trabalhistas	344	8.283
Impostos a recolher	1.278	175
Adjantamento de clientes	4.650	27.222
Outras contas a pagar	(16.926)	21.222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	102.114	(18.924)
Caixa ilquido gerado pelas attituades operacionais	102.114	(10.324)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(11.459)	(3.933)
Aquisição de imobilizado	(52.908)	(72.247)
Aquisição de intangível	(262)	(237)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(64.629)	(76.417)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos captados	281.865	228.937
Empréstimos amortizados	(251.302)	(127.848)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(39.661)	(19.601)
Caixa líquido gerado das (aplicado nas) atividades de financiamento	(9.098)	81.488
Gaixa inquita gorado das (apricado nas) atinadado de initariolatione	(0.000)	01.100
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	28.387	(13.853)
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.705	17.558
No fim do exercício	32.092	3.705
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	28.387	(13.853)
		(.0.000)

Notas explicativas às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado constituída no país em agosto de 2010. Sua sede fica localizada na Rodovia CE 422, Km 02 - Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em Caucaia – CE com localização estratégica. A Construção da fábrica nessa região teve como principal fator o mapa de ventos que concentra mais de 50% do potencial eólico brasileiro. A Companhia tem como objeto social a exploração de negócio de construção e comercialização de pás de rotores para turbinas na geração eólica de energia elétrica, a prestação de serviços relacionados a seu objeto social a terceiros, bem como a participação em outras sociedades como acionista ou quotista.

A Companhia, em 2017, manteve o ano com ocupação de 80% da capacidade produtiva. O portfólio de clientes da Companhia destaca-se pelo potencial de contratos com os Clientes GE (General Eletric), Vestas, Acciona Wind Power e WEG. O Parque Industrial da Companhia ainda tem capacidade de expansão para novos clientes, sempre em prospecção.

Em 2017 a companhia foi reconhecida no guia exame entre as empresas mais sustentáveis do Brasil, ficando em segundo lugar no setor de bens de capital, foi reconhecida com o prêmio *Great Place to Work* como as melhores empresas para se trabalhar no estado do Ceará e na revista Exame como uma das maiores empresas do Brasil.Com todas essas conquistas a empresa vem mostrando interna e externamente sua capacidade de crescimento acelerado em sustentabilidade social, ambiental e financeira.

O suporte financeiro foi realizado com recursos dos acionistas e de terceiros. Os recursos dos acionistas foram realizados através do reinvestimento do lucro líquido nas atividades operacionais da Companhia. Os recursos de terceiros foram realizados através de financiamentos de longo prazo, a destacar BNB, BNDES e FINEP. A Empresa consolidou suas dívidas em instituições sólidas e de credibilidade no mercado Nacional e Internacional, estas por sua vez, acreditam no crescimento da companhia e no novo porte para os próximos exercícios.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a aprovação dos membros da diretoria em 30 de janeiro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas com valores em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, provisão para litígios e demandas judiciais e mensuração de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, são descritas a seguir.

Importa ressaltar que tais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, salários e encargos sociais, impostos a recolher, adiantamento de clientes.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, com *swap* cambial e NDF's para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são reconhecidos ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente no grupo de estoques.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa, quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.4 Contas a receber de clientes

São apresentados de acordo com os valores de realização.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5 Estoques

Os estoques são ativos mantidos para venda no curso normal dos negócios, em processo de produção para venda ou na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços.

São mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição, que compreende o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (exceto os recuperáveis junto ao fisco), bem como os custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos na determinação do custo de aquisição e custo de transformação que incluem os custos diretamente relacionados com as unidades produzidas, como mão-de-obra direta, alocação sistemática de custos indiretos de produção, fixos e variáveis, que sejam incorridos para transformar os materiais em produtos acabados.

Os custos de produção fixos são aqueles que permanecem relativamente constantes independentemente do volume de produção, tais como a depreciação e a manutenção de edifícios e instalações fabris, máquinas e equipamentos e os custos de administração da fábrica.

Os custos indiretos de produção variáveis são aqueles que variam diretamente, ou quase diretamente, com o volume de produção, tais como materiais indiretos e certos tipos de mão-de-obra indireta.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Prestação de serviços

Criada para atender às demandas dos clientes, a Aeris possui uma divisão especializada (Aeris Service), que se utiliza do conhecimento e infraestrutura na fabricação de pás, para oferecer ao mercado de O&M de aerogeradores, um serviço diferenciado.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços de manutenção e reparo em pás de aerogeradores com base no estágio de conclusão do serviço na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos, são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é calculado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, e a contribuição social é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Tributos diferidos ativos são gerados sobre o lucro recuperável em período futuro referente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos sobre o lucro devido em período futuro referente as diferenças temporárias tributáveis na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados ao valor das alíquotas que são esperadas a serem aplicadas no ano em que o passivo liquidado, baseado nas leis tributárias, que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal. E os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Tributos--Continuação

<u>Tributos sobre compras:</u>

Compras, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre compras, exceto:

 Quando os tributos incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre compras é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

Tributos sobre vendas:

• O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a recuperar ou a pagar no balanço patrimonial.

Descrição	Alíquotas
PIS	1,65%
COFINS	7,60%
ICMS	Isento
IPI	0%

O imposto ICMS sobre a venda da Pá através do NCM 8503.00.90 tem isenção pelo Convênio Confaz 101/97.

Os tributos (PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

O imposto IPI sobre a venda da Pás tem alíquota 0% de acordo com seu NCM 8503.00.90 na tabela TIPI.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8 Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

A Companhia goza de benefícios fiscal concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, de redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, e durante a utilização dos benefícios fica a Companhia obrigada a constituir reserva de incentivo fiscal pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido.

3.9 Imobilizado

São apresentados ao custo líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens as quais estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação %
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis	10%
Hardware	20%
Veículos	20%
Edificações e benfeitorias	1,73 a 4%
Instalações	10%
Ferramentas	15%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture);
- IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2;
- IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil;
- IFRS 17 Contratos de seguro;
- Transferências de Propriedade para Investimento Alterações à IAS 40;
- Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017):
- Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4
 Contratos de Seguro Alterações à IFRS 4;
- Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e
- Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos--Continuação

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que tem efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empesa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa Bancos conta movimento	62 1.086	61 2.776
Aplicações financeiras	30.944	868
	32.092	3.705

As aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo, de alta liquidez, classificados como empréstimos e recebíveis, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI (90% do CDI em 2016).

6. Aplicações financeiras

	2017	2016
Banco Safra	_	8.192
CCB-China Const.Bank	662	866
Banco Pine	-	3.158
Banco do Nordeste	9.967	3.887
Banco Pan	-	4.597
Banco Daycoval	-	305
Banco Bom Sucesso	-	897
Banco Paulista	-	928
Banco Itaú	7.089	6.536
Banco BBM	5.014	2.296
Banco Alfa	14.295	-
Banco do Brasil	6.095	
	43.122	31.662

As aplicações financeiras do ativo circulante referem-se a instrumentos financeiros classificadas como empréstimos e recebíveis. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI (90% do CDI em 2016).

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

7. Contas a receber de clientes

	2017	2016
Venda de pás Prestação de serviços	32.346 1.455	85.972 612
	33.801	86.584

A seguir demonstramos a composição da carteira de contas a receber de clientes por idade de vencimento:

	2017	2016
A vencer entre um a 30 dias A vencer entre 31 a 60 dias	33.568 233	75.495 11.089
	33.801	86.584

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa pelo fato de todo o saldo a receber ter sido constituído em 2017 e não haver saldos vencidos de clientes nem histórico de perda.

8. Estoques

	2017	2016
Matéria-prima	36.524	39.427
Produto em elaboração	16.330	12.996
Material auxiliar	12.869	13.534
Produto acabado	4.410	5.180
Material de Manutenção	3.945	-
Material de segurança	970	936
Outros	2.168	727
	77.216	72.800

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar

	2017	2016
COFINS IPI (a) PIS ICMS (a) REINTEGRA Outros tributos	11.121 - 40.335 997 656	9.028 23.262 612 23.798 - 1.449
	53.109	58.149
Circulante Não circulante	12.774 40.335	34.351 23.798

a. Os créditos de IPI e ICMS referem-se, basicamente, a créditos originados do pagamento do IPI e ICMS na aquisição de matéria prima para a produção.

A Companhia restituiu em 2017 via credito bancário em conta corrente o montante de R\$ 23 milhões referente a crédito dos impostos de IPI, valor este de maior relevância dos seus créditos tributários.

10. Outras contas a receber

	2017	2016
Adiantamentos a fornecedores	47.064	12.859
Prêmios de seguros	499	349
Adiantamentos a funcionários	139	153
Outras contas a receber	2.340	4.272
	50.042	17.633

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

11. Impostos e contribuições sociais diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e contribuição social, que não possuem prazo prescricional. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e tem a seguinte composição:

	2017	2016
Ativo/Passivo fiscal diferido		
Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais	3.253	5.719
	3.253	5.719

a) Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A] Alíquota fiscal combinada [B]	62.177 34%	34.467 34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada [A]*[B]=[C]	21.140	11.719
Adições permanentes: [E]	953	723
Despesas não dedutíveis	953	723
Exclusões permanentes: [F]	(9.213)	(4.861)
Incentivos	(9.213)	(4.861)
Imposto de renda e contribuição social (corrente) e diferido no resultado do		
período após adições/exclusões [C] + ([E] - [F])*34% = [G]	18.332	10.312
Alíquota efetiva [G]/[A]	29,48%	29,92%

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

11. Impostos e contribuições sociais diferidos--Continuação

A Companhia elaborou estudos de projeções de fluxos de caixa futuro e consideram com base na geração de lucro tributável a estimativa de recuperação de créditos nos próximos dois anos, o qual demonstramos abaixo:

Ano	2017	2016
2018	2.135	4.117
2019	1.118	1.602
	3.253	5.719

As premissas utilizadas nas projeções consideram a existência de contratos de longo prazo já firmados com clientes, o plano de vendas futuras dos produtos da Companhia, os custos de materiais diretos, outras despesas operacionais e a projeção de variação de seus preços.

O imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Imposto de renda diferido Contribuição social diferido	1.011 1.456	283 406
•	2.467	689

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

							:			Adiantamento	
	Imobilizado em andamento	Maquinas e equipamentos	Móveis	Hardware	Terrenos	Veículos	Edificações e benfeitorias	Instalacões	Ferramentas	para aquisição de imobilizado	Total
Em 31 de dezembro de 2015	51.044	10.033	1.320	512	5.472	•	31.452	3.318	146	10.437	113.734
Adições	22.569	4.970	1.050	1.011	8.268	10	2.621	12.994	46	18.708	72.247
Depreciação	•	(1.226)	(235)	(334)	•	£)	(984)	(1.945)	49	•	(4.676)
Baixas	•	(2)	(43)	(8)	•	1			(369)	•	(425)
Transferências	(41.189)	1.755	329	179	•	•	30.131	8.535	260	•	. 1
Em 31 de dezembro de 2016	32.424	15.527	2.421	1.360	13.740	6	63.220	22.902	132	29.145	180.880
Adições	541	15.105	2.654	882	•	311	22.016	10.721	377	1.068	53.675
Depreciação	•	(2.817)	(288)	(542)	•	(41)	(1.451)	(4.154)	(108)		(9.701)
Baixas	•	(2.561)	0	•	•	•	•	(373)			(2.934)
Transferências	(31.553)	7.092	006	•	•	•	13.801	6.697	63	•	
Em 31 de dezembro de 2017	1.412	32.346	5.387	1.700	13.740	279	97.586	38.793	464	30.213	221.920

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, e taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o seu fluxo de caixa futuro.

A Companhia não tem nenhum bem dado em garantia relacionado a empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

13. Fornecedores

	2017	2016
No país	29.666	29.225
No exterior	15.017	19.465
	44.683	48.690

O saldo a pagar no final do exercício de 2017 refere-se principalmente à compra de matériaprima e materiais auxiliares a produção.

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda original	Modalidade	Taxa de juros	2017	2016
Banco do Nordeste	Reais	Financiamento	10% a.a. (**)	73.362	22.787
Banco do Nordeste	Reais	FINIMP	4% a.a. + Variação (***)	28.696	19.173
Banco JP Morgan	Dólar	Exterior	CDI (*)	37.974	44.887
Banco BNDES	Reais	Financiamento	TJLP + 5%	35.099	-
FINEP	Reais	Financiamento	7% a.a.	33.730	30.093
Banco Fibra	Reais	Giro	CDI + 5,0% a.a.	31.794	50.430
Banco do Brasil	Reais	Giro	CDI + 3,5% a.a.	20.063	-
Banco BBM	Reais	Giro	CDI + 5,0% a.a.	17.832	7.626
FINEP	Reais	Financiamento	4% a.a.	1.362	1.886
Banco BCG	Reais	Giro	CDI + 4,5% a.a.	-	6.172
Banco BOC	Reais	Giro	CDI + 4,5% a.a.	-	6.506
CCB-China Const.Bank	Dólar/Euro	FINIMP	5% a.a. + Variação (***)	-	15.371
Banco Pan	Reais	Giro	CDI + 4,5% a.a.	-	9.214
Banco Safra	Reais	Giro	CDI + 5,0% a.a.	-	14.657
Banco Safra	Dólar/Euro	FINIMP	5% a.a. + Variação (***)	-	3.666
Banco Bom Sucesso	Dólar/Euro	FINIMP	4,5% a.a. + Variação (***)	-	4.666
Banco Daycoval	Reais	Giro	CDI + 7% a.a.	-	3.046
Banco Paulista	Reais	Giro	CDI + 7% a.a.	-	4.655
Banco Pine	Dólar/Euro	FINIMP	3,5% a.a. + Variação (***)		10.369
				279.912	255.204
Circulante				87.290	129.982
Não circulante				192.622	125.222

^(*) Referente à operação financeira 4131 com swap cambial

^(**) Não considera o bônus de adimplência de 25% de acordo com o regulamento do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

^(***) Operações de FINIMP fechadas com protelação cambial simultaneamente

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A seguir demonstramos a movimentação de empréstimos e financiamentos no período:

		Não	
	Circulante	circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	129.982	125.222	255.204
Captação de empréstimos	111.161	169.145	280.306
Juros e variação cambial	42.907	7.759	50.667
Amortização de principal	(188.609)	(65.364)	(253.973)
Amortização de juros	(44.195)	(8.097)	(52.291)
Transferência	36.044	(36.044)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	87.290	192.622	279.913

A seguir demonstramos as garantias dos empréstimos e financiamentos vigentes:

	2017	2016
Tipo de garantia		
Cessão fiduciária de cotas do fundo de investimento	50.773	53.933
Aval pessoa física	20.063	18.323
Aplicações financeiras	43.122	31.662
Carta fiança	23.354	25.908
•	137.312	129.826

A seguir demonstramos o cronograma de desembolsos financeiros:

	2017	2016
2018	87.290	129.282
2019	55.133	45.305
2020	30.856	44.989
2021 em diante	106.634	35.628
	279.913	255.204

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido

Capital social e reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R\$ 36.184 (R\$36.184 em 31 de dezembro de 2016) e estava composto da seguinte forma (em unidades):

	2017	2016
ON - Ações ordinárias nominativas PND - Ações preferenciais nominativa classe "D"	609.670.554 30.213.146	609.670.554 30.213.146
3	639.883.700	639.883.700

Quantidade de Ações					
Nome do acionista	ON	% ON	PND	Total	% CT
Bruno Lolli	13.717.587	2,25%	-	13.717.587	2,14%
Cássio Cancela e Penna	13.717.587	2,25%	-	13.717.587	2,14%
Daniel Henrique da Costa Mello	13.717.587	2,25%	-	13.717.587	2,14%
Vitor de Araújo Santos	13.717.587	2,25%	-	13.717.587	2,14%
Alexandre Funari Negrão	493.110.890	80,88%	30.213.146	523.324.037	81,78%
Alexandre Sarnes Negrão	30.483.527	5,00%	-	30.483.527	4,76%
Bruno Vilela Cunha	18.290.117	3,00%	-	18.290.117	2,86%
Luiz Henrique Thonon	722.261	0,12%	-	722.261	0,11%
Marcio José Marzola	12.193.411	2,00%	-	12.193.410	1,91%
Total	609.670.554	100%	30.213.146	639.883.700	100%

As ações são classificadas da seguinte maneira:

ON - Ações ordinárias nominativas;

PNA - Ações preferenciais nominativa classe "A";

PNB - Ações preferenciais nominativa classe "B";

PNC - Ações preferenciais nominativa classe "C"; e

PND - Ações preferenciais nominativa classe "D".

As ações são indivisíveis em relação à Companhia e, cada ação, ordinária ou preferencial, confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações sociais.

A Companhia poderá, até o limite máximo permitido em lei, emitir ações preferenciais, com ou sem direito a voto, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas do que as anteriormente existentes, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens.

A emissão de ações preferenciais, com ou sem direito de voto, ou o aumento de classes existentes sem guardar proporção com as demais espécies e classes não ensejarão aos acionistas dissidentes o direito de retirada a que se refere o artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

15. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social e reserva de capital -- Continuação

As ações preferenciais de emissão da Companhia conferirão aos seus titulares os seguintes direitos:

(i) As ações preferenciais nominativas de classe "D", sem valor nominal, conversíveis em ações ordinárias e resgatáveis, conferirão aos seus titulares prioridade principal na distribuição dos dividendos com relação às ações preferenciais nominativas de classes "A" e "B" e às ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, e em igualdade de condições com as ações preferenciais nominativas de classe "C" de emissão da Companhia, e dividendos fixos e cumulativos, devidos e calculados sobre o preço de sua emissão, definidos pelo equivalente a 100% (cem por cento) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), adicionado de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano. As ações preferenciais nominativas de classe "D" serão resgatáveis pela Companhia, a qualquer tempo, mediante requerimento pelo acionista detentor de tais ações, pelo valor de subscrição de tais ações, conjuntamente com eventuais dividendos fixos e cumulativos devidos e ainda não pagos. Ademais, as ações preferenciais classe "D" serão conversíveis em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; o número de ações ordinárias a serem emitidas em razão da conversão será calculado considerando-se (i) o preco de emissão das ações preferenciais classe "D" e qualquer dividendo fixo e cumulativo devido até a data de conversão calculado pro rata die; e (ii) o valor patrimonial das ações da Companhia, apuradas conforme balanço patrimonial levantado com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da conversão.

16. Receita operacional líquida

2017	2016
745.852	497.149
1.938	4.495
747.790	501.644
(64.183)	(45.990)
(491)	-
(217)	(495)
(64.891)	(46.485)
682.899	455.159
	745.852 1.938 747.790 (64.183) (491) (217) (64.891)

⁽a) A tributação sobre vendas está sendo demonstrada no item 3.7 das políticas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

17. Custos dos produtos vendidos

	2017	2016
Custo de materiais	(399.512)	(279.653)
Mão de obra	(120.145)	(68.761)
Depreciação	(9.029)	(4.293)
Utilidades	(19.918)	(14.234)
Serviços prestados	(12.906)	(5.996)
Aluguéis de máquinas	`(5.061)	(3.725)
Outros	(7.833)	(4.486)
	(574.404)	(381.148)

18. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesa com pessoal	(17.578)	(16.382)
Serviços prestados Depreciação e amortização	(4.079) (904)	(2.705) (1.130)
Despesas com viagem	(4.146)	(700)
Aluguéis	(246)	(554)
Utilidades Outras despesas	(1.468) (643)	(1.483) (2.137)
Outras despesas	(29.064)	(25.091)

19. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Instrumentos financeiros derivativos	(29.241)	(44.023)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.135)	(25.227)
Outros	(4.508)	(3.102)
	(71.884)	(72.352)
Receitas financeiras		
Instrumentos financeiros derivativos	28.452	42.972
Rendimento de aplicações financeiras	3.217	3.364
Outros	8.468	1.835
	40.137	48.171
Resultado financeiro	(31.747)	(24.181)

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito:
- Risco de liquidez; e
- Risco cambial e taxa de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos da Companhia.

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	2017	2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	32.092	3.705
Contas a receber de clientes	33.801	86.584
Outras contas a receber	50.042	17.633
Investimentos mantidos até o vencimento		
Aplicações financeiras	43.122	31.662
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	44.683	48.691
Empréstimos e financiamentos	279.912	255.203

Mensuração do valor justo

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 *input*s, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços);
- Nível 3 premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia está classificado como Nível 2 e em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente dos saldos a receber com cada cliente.

Riscos de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia são advindas de empréstimos tomados com instituições financeiras com vencimento de longo prazo e realização da venda de seus produtos.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm da necessidade do pagamento de matéria-prima para produção, das despesas operacionais, despesas com salários e outros desembolsos operacionais.

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota explicativa nº 14.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes dos empréstimos tomados nos exercícios de 2017 e 2016.

A Companhia avalia a contratação de operações *hedge* ou *swap* para mitigar esses riscos. A Administração optou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 pela contratação de *swap* cambial e NDF's com o objetivo de eliminar integralmente o efeito da variação cambial sobre a dívida de US\$11.400 com o Banco JP Morgan S.A.

Tal instrumento a valor de mercado em 31 de dezembro de 2017 é R\$ 728 (R\$ 3.436 em 31 de dezembro de 2016) e tem vencimento na mesma data dos referidos financiamentos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

A seguir demonstramos a exposição cambial da Companhia:

	2017	2016
	(US\$)	(US\$)
Saldos indexados em dólares		
Empréstimos e financiamentos	11.479	13.773
Fornecedores no exterior	4.540	5.973
Contratos de swap	(11.460)	(11.460)
Posição líquida	4.559	8.286

A Companhia avaliou a sensibilidade de sua exposição à variação cambial e não detectou efeitos materiais que requeiram divulgação.

Riscos da taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos e passivos financeiros tem os seguintes valores:

	2017	2016
Taxa variável – CDI	·	_
Ativos financeiros	43.122	31.662
Passivos financeiros	(107.633)	(147.193)
	(64.511)	(115.531)

21. Provisão para contingências

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, não foram identificadas contingências fiscais, tributárias, trabalhistas e outros, passíveis de provisionamento até 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de reais)

22. Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Seguros	Cobertura
Empresarial	177.000
Responsabilidade civil	45.000

O escopo do trabalho de nossos auditores independentes não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura, a qual foi determinada pela Administração da Companhia.

Composição da Diretoria Patrícia Queiroz Prado Diretora de RH

Alexandre Sarnes Negrão Presidente

Bruno Vilela Cunha

Diretor Comercial

Marcio José Marzola

Diretor Administrativo Financeiro

Bruno Lolli

Diretor de Planejamento

Daniel Henrique da Costa Mello Diretor Industrial

Sandra Karla Rodrigues Coutinho Contadora CRC-CE-015141/O-0

Cássio Cancela e Penna Diretor de Operações

Vitor de Araújo Santos Diretor de Operações

Marcos Eidi Hatori Diretor de Qualidade